

O DEUS QUE DECLARA O QUE É BOM: A ÉTICA E O ANTIGO TESTAMENTO

Landon Booth Jones¹

RESUMO

O artigo que segue foi originalmente apresentado como Aula Magna, proferida pelo Prof. Dr. Landon Booth Jones, em 11 de Agosto de 2014. A proposta é analisar o conceito de ética com base em textos encontrados no Antigo Testamento. Temos como grande questão: Qual é a contribuição do AT à ética da igreja? Colocada de outra maneira, é possível usar o AT para formular não somente declarações éticas, mas para orientar a prática da ética pela igreja contemporânea? Algumas das características básicas de uma ética no Antigo Testamento são consideradas e compartilhadas. O Decálogo nos serve como um conteúdo de fontes para correspondência entre ética e AT. Este é caminho a trilhar no texto.

Palavras-chave: Ética, Antigo Testamento, Dez Mandamentos.

ABSTRACT

The following article was originally presented as Aula Magna, given by Prof. Dr. Booth Landon Jones, 11 August 2014. The goal is to analyze the concept of ethics based on texts found in the Old Testament. We like big question: What is the AT's contribution to the ethics of the church? Another way to put, you can use the AT to formulate not only ethical statements, but to guide the practice of ethics by the contemporary church? Some of the basic features of an ethic in the Old Testament are considered and shared. The Decalogue in serves as a source of content for correspondence between ethics and AT. This is way to go in the text.

Keywords: Ethics, Old Testament, the Ten Commandments.

O tema da aula hoje a noite é a ética e especificamente a ética como se encontra no AT. Começemos pela declaração de Luciano Zajdsznajder no seu livro *Ser ético no Brasil*: “Vivemos um período em que as referências para julgar e avaliar, as coordenadas para situar parecem ter enfraquecido ou se dissolvido” (ZAJDSZNAJDER, 1999. p.12). Será que essa é uma avaliação correta da situação em que o país e o mundo se encontram? As discussões sobre a ‘crise ética’ no Brasil têm base real ou são meramente um modismo, algo temporário que logo passa quando se levanta outra notícia mais interessante? Uma pesquisa rápida pela internet da frase ‘crise ética’ produz milhares de resultados de vários tipos. Vamos considerar a entrevista que um senador federal deu ao jornal Estado de São Paulo no ano passado depois do senador propor a retirada da palavra ‘ética’ do possível novo Regimento Interno do Senado Federal. Ele disse: “O que é ética para você pode não ser para mim. E aí incluir isso iria gerar problema de conflitos ali. A ética é uma coisa muito subjetiva, muito abstrata”.²

Vamos comparar essa colocação com uma declaração pelo profeta Miquéias: “Ele mostrou a você, ó homem, o que é bom e o que o Senhor exige: Pratique a justiça, ame a fidelidade e ande humildemente com o seu Deus” (Mi.6:8). Deve ser óbvio que a declaração do profeta é diametralmente oposta à posição do senador. Na declaração do profeta, duas coisas devem ser claras. A mais óbvia é que Deus exigiu um comportamento específico do seu povo – a prática de justiça, fidelidade, e uma atitude de humildade. A outra coisa que talvez não seja tão óbvia é a base dessas exigências. O profeta declarou que são de origem divina.

Isso nos leva a considerar uma pergunta importante: Qual é a contribuição do AT à ética da igreja? Colocada de outra maneira, é possível usar o AT para formular não somente declarações éticas, mas para orientar a prática da ética pela igreja contemporânea? Antes de responder à pergunta, temos que considerar algumas das características básicas de uma ética veterotestamentária.

A primeira e talvez mais importante é que a ética no AT é *teocêntrica*. A declaração do profeta Miquéias deixou isso muito claro. Foi **Deus** que demonstrou para Israel como deve viver. A implicação é que a vida humana deve ser orientada na base do reconhecimento da centralidade de Deus. Toda atividade humana – na família, no trabalho, na igreja, e na vida pessoal – encontra o seu centro na pessoa e caráter de Deus.

Uma ética teocêntrica tem características básicas. Quero destacar somente três:

- baseia-se na natureza de Deus e na sua palavra.
- reflete seu caráter.
- exige um compromisso sério com Deus.

A teocentricidade da ética do AT é implícita em outras declarações do AT. Consideramos, por exemplo, o *shema*: “Amarás, pois, o SENHOR, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de toda a tua força. Estas palavras que, hoje, te ordeno estarão no teu coração”(Dt.6.4,5). Implica que não há área da vida que não exija o reconhecimento do senhorio e soberania de Deus.

Uma segunda característica é que a ética no AT foi definida pelas ordenanças da aliança feita com Israel no deserto de Sinai. Na ocasião da formação dessa aliança, depois de ouvir o que o Deus exigiu, o povo respondeu: “Tudo o que falou o SENHOR faremos e obedeceremos” (Êx. 24.7). O povo aceitou as exigências da aliança, se comprometeu a viver de acordo com os princípios éticos da aliança.

A terceira característica dos princípios éticos do AT apontam para uma ética responsável. Não foi meramente uma ética ‘teórica’ que não se manifestou em ação, antes, foi uma ética em que a responsabilidade social do povo de Deus se destacou. Esta responsabilidade social se expressou de várias maneiras. Primeiramente, devia ser vista na maneira pela qual o indivíduo tratou o seu próximo. Não há como não compreender o que está escrito em Lv.19.18: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Eu sou o SENHOR.” Novamente, podemos perceber os dois aspectos essenciais da ética do AT. O primeiro é que a ética implica em ação. No caso de Lv.19.18, é demonstrar a sua solidariedade para com o seu próximo por meio de atos de amor. A maneira de demonstrar esse amor se encontra nas várias obrigações delineadas nos códigos de leis da Torá. O segundo aspecto é que a base da autoridade da ética foi o senhorio de Deus: “Eu sou o Senhor.”

Um elemento interessante das leis da aliança é que as obrigações éticas do AT incluíram orientações sobre o tratamento de estrangeiros. No contexto do AT, os estrangeiros eram pessoas que não pertenciam à linhagem genealógica dos hebreus, mas que viviam no meio dos hebreus, muitas vezes

se tornando prosélitos da fé de Israel. Do ponto de vista de Deus, essas pessoas podiam desfrutar as bênçãos da aliança também.

Uma quarta característica é que a ética do AT é uma ética que reflete os valores do reino de Deus. Sabemos que a frase 'o reino de Deus' não se encontra no AT. O que achamos são declarações de que é Deus que reina sobre o universo. O seu desejo é ver todas as nações desfrutando de um relacionamento redentor com ele e praticando uma ética que reflete o seu caráter. Vamos considerar duas colocações bíblicas que ilustram isso:

Pois o SENHOR, vosso Deus, é o Deus... que não faz acepção de pessoas, nem aceita suborno; que faz justiça ao órfão e à viúva e ama o estrangeiro, dando-lhe pão e vestes. Amai, pois, o estrangeiro, porque fostes estrangeiros na terra do Egito (Dt. 10.17-19).

Ele julgará entre as nações e resolverá contendas de muitos povos. Eles farão de suas espadas arados, e de suas lanças, foices. Uma nação não mais pegará em armas para atacar outra nação, elas jamais tornarão a preparar-se para a guerra (Is. 2.4).

Agora, temos que considerar as bases bíblicas de uma ética veterotestamentária. Não há espaço aqui para investigar tudo que se encontra no AT que é de natureza ética. Vamos nos limitar a uma só parte do cânon como nosso referencial – a *Torá*.

O papel da *Torá* na formulação de ética bíblica já foi reconhecido. Entre outras coisas, a *Torá* relata o que Deus desejava para o povo que ele chamou do Egito a fim de estabelecer a sua aliança. O âmago da *Torá* são as leis da aliança cujo ponto central são os Dez Mandamentos. O fato de o Decálogo introduzir tanto as leis no livro de Deuteronômio como as leis no livro da aliança em Êxodo é uma indicação da sua importância. Então, vamos considerar rapidamente o papel do Decálogo na formulação de uma ética veterotestamentária.

Um trabalho seminal sobre a questão foi feito pelo teólogo e educador americano Elton Trueblood. Trueblood não é grandemente conhecido no Brasil. Membro da Sociedade Religiosa dos Amigos, os Quaker, escreveu um livro curto logo após do fim da Segunda Guerra intitulado *Fundamentos para Reconstrução* (1946). Pelo que eu saiba o livro nunca foi traduzido para o português.

Trueblood ficou extremamente preocupado pelos estragos que a Segunda Guerra deixou. Ele entendeu que o mundo pós-guerra não podia ser reconstruído usando paradigmas tradicionais. Uma nova base teria que ser colocada para que sociedade pudesse ser restaurada. Ele propôs como novo paradigma um código antigo - os Dez Mandamentos e os chamou o “credo ético” que devia ser utilizado para orientar a reconstrução:

Os dez mandamentos constituem a formulação existente mais memorável e sucinta do credo ético do ocidente... O que temos não é um conjunto de proibições específicas antiquadas, mas princípios positivos de tal natureza que *uma boa sociedade não pode ser construída ou reconstruída sem eles*³ (TRUEBLOOD, 1946, p.10).

Uma leitura um tanto superficial dos Dez Mandamentos pode nos mostrar a razão da proposta de Trueblood. É geralmente reconhecido que os Dez Mandamentos se dividem em duas ‘dimensões’, a dimensão vertical e a dimensão horizontal.⁴ Os mandamentos da dimensão ‘vertical’ definem a natureza do relacionamento entre o indivíduo e Deus. Os mandamentos da dimensão ‘horizontal’ definem a natureza do relacionamento com o próximo. Veja a seguinte tabela:

OS MANDAMENTOS ‘VERTICAIS’	OS MANDAMENTOS ‘HORIZONTAIS’
<ul style="list-style-type: none"> ● Não terás outros deuses diante de mim. ● Não farás imagem de escultura. ● Não tomarás o nome do SENHOR em vão. ● Lembra-te do dia de sábado 	<ul style="list-style-type: none"> ● Honra teu pai e tua mãe. ● Não matarás. ● Não adulterarás. ● Não furtarás. ● Não dirás falso testemunho contra o teu próximo. ● Não cobiçarás

À luz desta visão, podemos destacar três aspectos específicos da área da ética na base do Decálogo. O primeiro é a **prioridade ética**. A ordem dos mandamentos é correta, isto é, antes de falar do dever ético do ser humano, devemos entender que esse dever tem uma base **supra** cultural, isto é, uma base que supera qualquer noção humana. As noções éticas do AT baseiam-se na declaração de que existe um só Deus e a prioridade humana é o reconhecimento do senhorio de Deus.

A declaração que existe um só Deus, que é a base da ética, se opõe naturalmente à noção de **relativismo ético**. Vamos ouvir Trueblood de novo: “A ideia filosófica mais perigosa da nossa época é o relativismo ético, de acordo com o qual o que é correto é meramente uma criação humana que não faz parte da ordem objetiva” (TRUEBLOOD, 1946, p.17). A posição que a ética é **supra** cultural implica em algo que é considerada ‘politicamente incorreta’ hoje em dia – a intolerância. Declarar que existe um só Deus que estabeleceu absolutos éticos para o comportamento humano, pode levar alguém a ser ridicularizado. Implica em **intolerância ética**, isto é, algumas coisas sempre estão erradas. Assim, a ética não é uma questão individual ou cultural, mas teológica.

Um segundo aspecto ético que encontramos no Decálogo é a **fidelidade**. Uma ética baseada nos Dez Mandamentos exige fidelidade ao único Deus vivo e aos seus relacionamentos pessoais. A fidelidade para com Deus se expressa claramente no terceiro mandamento: “Não tomarás o nome de Deus em vão.” Tomar o nome de Deus em vão implica principalmente em não assumir o compromisso que um relacionamento pessoal com Deus exige. É afirmar que conduzirá todos os negócios de acordo com a aliança, mas viver de maneira totalmente diferente. A prática da fidelidade nos relacionamentos pessoais deve ser expressa em duas áreas específicas de vida – os relacionamentos familiares e o relacionamento conjugal. É entender que Deus desejava formar um povo que zelava pela preservação da estrutura familiar e o relacionamento conjugal. São esses dois relacionamentos que formam a base de qualquer sociedade. Não há como subestimar a importância da fidelidade na construção ou reconstrução de uma sociedade.

Terceiro, uma ética baseada no Decálogo **exige veracidade**. “Não darás falso testemunho” visa o estabelecimento de uma sociedade em que a verdade é **valorizada e praticada**. Inclui todos os momentos que exigem uma palavra verdadeira – no tribunal, no comércio, na igreja, na vida particular. A importância da veracidade pode ser vista em vários lugares do AT. Veja, por exemplo, a lista das coisas que Deus odeia: “Olhos altivos, língua mentirosa, mãos que derramam sangue inocente, coração que trama projetos iníquos, pés que se apressam a correr para o mal, testemunha falsa que profere mentiras e o que semeia contendas entre irmãos” (Pv.6.17-19). O que é interessante notar é que das sete coisas incluídas nesta lista, duas têm a ver com a língua. A falta da veracidade na cultura contemporânea levou o teólogo Carl Braaten a comparar essa falta com o homem da parábola do Bom Samaritano que caiu nas mãos dos salteadores: “Estamos envolvidos em uma cultura pós-moderna por toda parte, em que a verdade está do lado da estrada, necessitando de um bom samaritano” (BRAATEN, 2005, p.210).

Agora, chegamos ao ponto de considerar de novo a pergunta que fizemos no início: Qual é a contribuição do AT à ética da igreja? A questão é complicada porque toca na questão da autoridade do AT para a igreja. Quero mencionar brevemente três aspectos que podem nos ajudar entender a natureza da autoridade do AT para a igreja.

O primeiro é o histórico. Tanto Jesus, como os evangelistas e os demais escritores, aceitaram o AT como escritura de origem divina. Jesus declarou: “Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir” (Mt.5.17). O apóstolo Paulo colocou o AT como a ‘fonte primária’ para o jovem Timóteo se preparar para o seu ministério: “Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça” (2Tm. 3.16). O segundo é o aspecto canônico. A igreja aceitou o AT como escritura e colocou o NT ao lado do AT quando formou suas escrituras. Terceiro, existe o aspecto teológico. O mesmo Deus do AT é o Deus do NT. O teólogo e historiador John Bright colocou a questão assim: “No Antigo Testamento, o que é normativo para nós como cristãos, reside precisamente na sua teologia” (BRIGHT, 1975, p.147). O que é normativo para a igreja no AT não são as formas históricas e culturais, mas normas teológicas, isto é, o que o AT diz sobre Deus.

Isto não elimina os problemas do uso do AT na formulação de princípios éticos para a igreja. O teólogo menonita Elmer Martins apontou pelo menos três questões que enfrentam o cristão ao ler o AT visando à formulação de princípios éticos: (MARTENS, 1977).⁵

1. O AT deve ser visto como um ‘código de regras’ que contém textos provas?
2. O AT é limitado a prescrições éticas?
3. Como lidar com a ‘particularidade histórica’ das colocações éticas do AT?

Para responder estas perguntas, vamos considerar o que Oliver O’Donovan escreveu:

Se um comando particular e específico deve servir como paradigma para a aplicação de um princípio geral e universal, deverá haver um meio termo, um 'universal específico' que deriva do princípio geral e justificar o específico... é o gênio do AT que apresenta a moralidade em um determinado tempo e lugar. As *manifestações* de princípios morais variarão de acordo com a cultura. Não precisamos carregar a bagagem cultural em nosso dia, mas *não estamos isentos do princípio* (O'DONOVAN, 1973, p.20).⁶

Vamos tentar simplificar a colocação de O'Donovan. Uma declaração específica tem como base um paradigma que é universal. Esse paradigma universal pode formar a base de novas declarações específicas em outras épocas e culturas. As duas declarações éticas específicas e culturais têm, porém, o mesmo paradigma universal que é supra cultural e atemporal. A determinação de como aplicar o paradigma universal em outra época e cultura é da competência do leitor e intérprete. O que não podemos fazer é mudar o princípio universal.

Vamos terminar com algumas considerações finais.

Primeira: antes de usar o AT como base para formulação de princípios éticos é necessário lembrar de que este, é o registro parcial da revelação de Deus na história. O próprio AT aponta para um cumprimento que ainda estava por vir. As declarações éticas que podem ser feitas à luz do AT, porém, tem uma base supra cultural pelo fato de que se baseiam em um paradigma universal. Por isso, seus princípios éticos se estendem até o NT e são validados nele.

Segunda: há evidência de variedade e desenvolvimento nas colocações éticas formadas no próprio AT. Uma das características de uma revelação feita ao longo da história é que vai haver mudanças na compreensão dos princípios revelados. No AT talvez seja possível falar de uma ética em construção. Um exemplo pode ser a questão da poligamia. Não há dúvida de que no ato de criar homem e mulher, Deus visava um relacionamento monogâmico (Gn.2.24). A história do povo de Israel mostra que nem sempre tal princípio foi aplicado na vida, como no caso de Jacó. É importante notar que o fato do AT incluir narrativas em que princípios éticos são negligenciados não é, ao mesmo tempo, um sinal de aprovação ou sanção da ação.

Terceira: a ética que inclui as colocações do AT destaca a centralidade de Deus. Já chamamos a nossa atenção à teocentricidade de uma ética do AT e a esperança por parte de Deus de Israel viver de acordo com suas

orientações. Essa teocentricidade estende-se até o NT nas declarações de Jesus e dos apóstolos. Em alguns casos, como ‘intérprete autorizado’ da lei, Jesus ampliou as colocações éticas para incluir a intenção do coração do ser humano. Podemos ver isso claramente nas reinterpretações do AT que ofereceu no Sermão do Monte. Consideramos somente um exemplo: Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; e: Quem matar estará sujeito a julgamento. Eu, porém, vos digo que todo aquele que se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento; e quem proferir um insulto a seu irmão estará sujeito a julgamento do tribunal; e quem lhe chamar: Tolo, estará sujeito ao inferno de fogo (Mt.5.21,22).

O aspecto teocêntrico se encontra precisamente no fato de Jesus ser autorizado a reinterpretar a antiga lei para uma nova geração. Em outro momento quando Jesus foi questionado pelos fariseus sobre o grande mandamento, Jesus respondeu com duas citações do AT – Dt.6.5 e Lv.19.18. A implicação é que, na questão de como viver diante de Deus e do seu próximo, é o próprio Deus que determina quais os princípios e não o ser humano.

Quarta: uma ética veterotestamentária visa o estabelecimento de uma *sociedade justa* e chama o povo de volta às *suas obrigações sociais*. Abrange a vida toda, mas não abrange todas as contingências da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRIGHT, John. *The Authority of the Old Testament* Grand Rapids: Baker, 1975.
- BRAATEN, Carl E. “Sins of the Tongue”. *I am the Lord your God: Christian reflections on the Ten Commandments*. Grand Rapids: Eerdmans, 2005, pp. 206-217.
- HOUSE, Paul R. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida, 2001.
- MARTENS, Elmer. “The Problem of Old Testament Ethics”, *Direction* 6(1977).
- MERRILL, Eugene. *Teologia do Antigo Testamento* São Paulo: Shedd, 2009.
- O'DONOVAN, Oliver M. T. “The Possibility of a Biblical Ethic” *ISF Bulletin*. Londres (Outono, 1973).
- TRUEBLOOD, Elton. *Foundations for Reconstruction*. New York: Harper & Brothers, 1946.
- JDSZNAJDER, Luciano. *Ser ético no Brasil*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999. p. 140 e, pp.330-331
- O GLOBO. <http://oglobo.globo.com/brasil/lobao-filho-retira-palavra-etica-do-novo-codigo-de-conduta-do-senado-9372131>. (Acesso em 29 de julho de 2014).

¹ Doutor em Estudos Bíblicos pelo Southwestern Baptist Theological Seminary, Estados Unidos (1981). Foi professor titular da Faculdade Teológica Batista de São Paulo, Brasil, até o ano de 2014

²<http://oglobo.globo.com/brasil/lobao-filho-retira-palavra-etica-do-novo-codigo-de-conduta-do-senado-9372131>

(Acesso em 29 de julho de 2014).

³ Itálico nosso

⁴ Autores recentes que seguem esta divisão incluem Paul R. House, Teologia do Antigo Testamento, (São Paulo: Vida, 2001), p. 140 e Eugene Merrill, Teologia do Antigo Testamento, (São Paulo: Shedd, 2009), pp.330-331.

⁵ Também na internet

<http://www.directionjournal.org/6/3/problem-of-old-testament-ethics.html> (Acesso em 9 de agosto de 2014).

⁶ Itálico nosso.